

A verdade está lá fora: Adaptação e avaliação das propriedades psicométricas da Escala Genérica de Crenças Conspiratórias (EGCC-Br)

The truth is out there: Adaptation and assessment of psychometric properties of the Generic Conspiracist Beliefs Scale (GCBS-Br)

La verdad está allá afuera: Adaptación y evaluación de las propiedades psicométricas de la Escala Genérica de Creencias Conspirativas (EGCC-Br)

*Lucas Heiki Matsunaga**
*Jonathan Jones dos Santos Pereira***
*Angélica Nascimento de Oliveira****
*Alexandre Correia Pedra*****

Resumo

Teorias conspiratórias geralmente apresentam perguntas irrespondíveis e são, em última instância, irrefutáveis. Tais crenças possuem implicações em diversos contextos em que são necessárias tomadas de decisões. Para tanto, torna-se necessário desenvolver ou adaptar medidas que auxiliem a identificação de tais crenças. Assim, este estudo propôs a adaptação da Escala Genérica sobre Crenças Conspiratórias. No primeiro estudo foi realizada a tradução e retradução do instrumento por especialistas na língua inglesa. Logo,

* Department of International Environment and Resources Policy da Universidade de Tōhoku, Japão. E-mail: lucas.matsunaga@gmail.com

** University of Guelph, Canadá. E-mail: dossantj@uoguelph.ca

*** University of Guelph, Canadá. E-mail: nascimea@uoguelph.ca

**** Universidade de Brasília (UnB). E-mail: alexandrepcp79@gmail.com

ambas as traduções foram submetidas à análise de dois juízes para verificar a qualidade e adequação à versão original. Após ajustes, a escala foi submetida à outra análise de juízes de forma a verificar a coerência semântica e a adequação categórica dos itens. A concordância das categorias para cada item entre os juízes foi satisfatória (índice kappa de 0,75). Para o segundo estudo, buscou-se averiguar as propriedades psicométricas do instrumento ($N = 138$). Os resultados da análise fatorial confirmatória atestaram uma nova estrutura fatorial para o modelo. Por fim, os autores sugerem tanto novos estudos para identificação de evidências de validade da adaptação quanto aplicações e intervenções, com uso da escala em futuras políticas públicas.

Palavras-chave: crenças; teorias conspiratórias; adaptação cultural; avaliação psicométrica.

Abstract

Conspiracy theories often pose unanswerable questions and are ultimately irrefutable. Such beliefs have implications in many contexts in which decision-making is needed. Therefore, it is necessary to develop or adapt measures that help to identify such beliefs. Thus, this work proposed the adaptation of the Generic Conspiracist Beliefs Scale. For the first study, translation and retranslation of the instrument were conducted by specialists in the English language. Both translations were submitted to the analysis of raters to verify the quality and adequacy to the original version. After adjustments, the scale was submitted to the analysis of raters in order to verify items' semantic coherence and categorical adequacy. For each item, the agreement for the categories among raters was satisfactory (kappa index of 0.75). The second study intended to ascertain the psychometric properties of the instrument ($N = 138$). Results of the confirmatory factor analysis proposed a new factorial structure for the model. Finally, new studies were suggested to gather evidence for the validity of this adaptation, as well as applications and interventions using the scale in future public policies.

Keywords: beliefs; conspiracy theories; cultural adaptation; psychometric evaluation.

Resumen

Las teorías de conspiración con frecuencia plantean preguntas sin respuesta y, en última instancia, son irrefutables. Tales creencias tienen implicaciones en diversos contextos donde es necesario tomar decisiones. Para ello, es necesario desarrollar o adaptar medidas que ayuden a identificar esas creencias. Así, este estudio propuso la adaptación de la Escala Genérica sobre Creencias Conspirativas. En el primer estudio se realizó la traducción y retraducción del instrumento por especialistas en lengua inglesa. Por lo tanto, ambas traducciones fueron sometidas al análisis de dos jueces para verificar la calidad y

adecuación a la versión original. Después de ajustes, la escala fue sometida al otro análisis de jueces para verificar la coherencia semántica y la adecuación categórica de los ítems. La concordancia de las categorías para cada ítem entre los jueces fue satisfactoria (índice kappa de 0,75). Para el segundo estudio, se buscó averiguar las propiedades psicométricas del instrumento (N = 138). Los resultados del análisis factorial confirmatorio propusieron una nueva estructura factorial para el modelo. Por último, los autores sugieren que nuevos estudios para identificar evidencias de validez de la adaptación, así como aplicaciones e intervenciones con uso de la escala en futuras políticas públicas.

Palabras clave: creencias; teorías de conspiración; adaptación cultural; evaluación psicométrica.

Teorias conspiratórias podem contemplar qualquer temática¹. Apesar da ausência de um consenso sobre o construto, Brotherton (2015) defende que teorias conspiratórias típicas geralmente possuem características similares e gerais, como perguntas irrespondíveis, fundamentadas na procura por anomalias, pressupostos de que nada é o que parece e que conspiradores possuem competência e maldade sobre-humanas. Para o autor, teorias conspiratórias são, em última instância, irrefutáveis (Brotherton, 2015).

Mesmo diante da evidente impossibilidade prática de muitas dessas tramas (conforme demonstrado por Grimes, 2016), uma quantidade substancial de pessoas defende algum tipo de crença conspiratória. Em relação a dados demográficos, por exemplo, pesquisas conduzidas por Uscinski e Parent (2014) mostram que, em termos de crenças conspiratórias, as diferenças entre os sexos ou entre idades parecem pouco relevantes. Ademais, há uma correlação inversa entre anos de educação formal e uma tendência à defesa de crenças conspiratórias. Por outro lado, adeptos dessas crenças não são especialmente propensos à violência. Além disso, uma análise das cartas enviadas ao editor do jornal *New York Times* entre 1890 e 2010 indica que, ao contrário do que é estabelecido pelo senso comum, o interesse popular por teorias conspiratórias tem se mantido relativamente constante

1 Uma lista das teorias conspiratórias mais populares pode ser vista em Aran (2016).

ao longo das décadas (Uscinski & Parent, 2014). Acredita-se que a Internet tenha facilitado o acesso e a propagação de teorias conspiratórias, embora estudos empíricos sobre o fenômeno ainda sejam escassos (Wood, 2013).

Estudos demonstram, por exemplo, que indivíduos que endossam uma determinada teoria conspiratória tendem a acreditar também em outras, mesmo que sobre temáticas diferentes (Goertzel, 1994), contraditórias entre si (Wood, Douglas, & Sutton, 2012) ou inventadas por pesquisadores (Swami et al., 2011). Estes resultados sugerem a existência de uma disposição psicológica estável, semelhante aos traços de personalidade (Brotherton, 2015). Em termos cognitivos e afetivos, fortes crenças em teorias conspiratórias também estão associadas à desconfiança social generalizada (Goertzel, 1994; Darwin, Neave, & Holmes, 2011), descontentamento com a sociedade (Goertzel, 1994), hostilidade (Abalakina-Paap, Stephan, Craig, & Gregory, 1999), cinismo (Parsons, Simmons, Shinhoster, & Kilburn, 1999), desafio à autoridade (Swami, Chamorro-Premuzic, & Furnham, 2010), ansiedade (Swami et al., 2013), desagradabilidade (Bruder, Haffke, Neave, Nouripanah, & Imhoff, 2013), necessidade de ser único (Lantian, Muller, Nurra, & Douglas, 2017), menor pensamento analítico, abertura à mudança e maior pensamento intuitivo (Swami, Voracek, Stieger, Tran, & Furnham, 2014). Importante notar também que indivíduos com fortes crenças conspiratórias podem ser mais suscetíveis a certos erros sistemáticos de raciocínio indutivo, como o viés da intencionalidade (Brotherton & French, 2015), o viés da proporcionalidade (McCauley & Jacques, 1979) e o viés confirmatório (McHoskey, 1995). Não obstante, esses vieses também influenciam tomadas de decisão diárias.

Essas crenças também parecem ligeiramente mais comuns entre minorias étnicas e raciais marginalizadas (Abalakina-Paap et al., 1999; Stempel, Hargrove, & Stempel III, 2007). A exemplo, um estudo de revisão bibliográfica realizado por Bird e Bogart (2005) descreve que, nos Estados Unidos, uma grande porcentagem de afrodescendentes compartilham crenças conspiratórias relacionadas aos dados divulgados pelo governo sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e que tais informações eram compartilhadas como uma forma de controlar o crescimento da população minoritária, já que estaria, assim, incentivando o uso de

métodos contraceptivos e a redução do número de parceiros sexuais. Outros estudos relatados nesta revisão mostram que uma parcela significativa da população afrodescendente daquele país acredita que o vírus da AIDS é um projeto fabricado pelo governo para agredir essa população como uma forma de genocídio. Em outro estudo, realizado por pesquisas de levantamento por telefone, Bird e Bogart (2003) identificaram que o uso do preservativo é visto de forma mais negativa quando o indivíduo possui algum tipo de crença conspiratória ou se percebe discriminado e marginalizado pela sociedade.

Sob uma perspectiva biológica, crenças conspiratórias são correlacionadas com sintomas positivos de esquizotipia (Dagnall, Drinkwater, Parker, Denovan, & Parton, 2015), o que pode dar pistas de seus mecanismos neurais. Isto porque pesquisas associam psicoses, por exemplo, a anomalias estruturais no cérebro, como um tálamo menor, menos espinhas dendríticas no lobo frontal, ventrículos maiores e altos níveis de dopamina na via mesolímbico-cortical (Higgins & George, 2013).

No cenário brasileiro, os estudos sobre crenças conspiratórias são escassos e, dentro da área da psicologia, podemos citar os que buscaram a compreensão de eventos relacionados à ufologia. Pereira, da Silva e Bacellar (2006), por exemplo, verificaram que, quanto maior for o conhecimento sobre crenças conspiratórias ou quanto maior for o engajamento e participação em grupos de pesquisa e discussão ufológica, maior será a aceitação de tais crenças como verdadeiras.

Embora um número mais preciso da prevalência de crenças conspiratórias na população ainda precise ser estimado, várias escalas foram desenvolvidas na tentativa de mensurar diferenças individuais em ideação conspiratória. Essas escalas, entretanto, abrangem itens idiossincráticos ou particulares de uma determinada teoria conspiratória. Em contraponto, com o intuito de desenvolver uma medida única, padronizada, ideal para comparação transcultural e que reflita todo o espectro das teorias conspiratórias, Brotherton, French e Pickering (2013) desenvolveram a Escala Genérica sobre Crenças Conspiratórias (*Generic Conspiracist Beliefs Scale*, no original, em inglês), voltada para a avaliação de crenças conspiratórias mais gerais. A evidência sugere que ideação conspiratória é um constructo

único, formado por seis fatores. A escala busca, portanto, itens genéricos, que não correspondam a eventos específicos. Pela lógica fatorial, a crença em tais eventos seria produto de uma disposição mais geral.

Assim, a presente pesquisa objetiva a adaptação cultural e a avaliação das propriedades psicométricas da Escala Genérica sobre Crenças Conspiratórias para fornecer as bases empíricas e conceituais de futuros estudos deste fenômeno no contexto cultural e demográfico brasileiro.

MÉTODO GERAL

A fim de adaptar culturalmente e verificar evidências de validade para uma versão brasileira do instrumento, dois estudos foram conduzidos. O primeiro teve como objetivo traduzir e adequar a escala à realidade linguística brasileira a partir da avaliação de especialistas, enquanto o segundo teve como fim a busca de evidências para confirmação da estrutura fatorial original dos itens a partir de dados coletados.

Estudo 1

Método

Instrumento

A escala genérica sobre crenças conspiratórias (Brotherton, French, & Pickering, 2013) possui 15 itens, de natureza ordinal, contendo cinco pontos, que variam de “Definitivamente não verdadeiro” à “Definitivamente verdadeiro”, organizados em cinco dimensões: (a) Conduta Ilegal do Governo, referindo-se a atividades criminosas frequentes por parte do Estado; (b) Encobrimento Extraterrestre, em que há um esforço deliberado, partindo de autoridades, para ocultar evidências de vida extraterrestre; (c) Conspirações Malévolas Globais, onde um secreto e pequeno grupo possui controle total sobre os principais eventos do planeta, como o início de grandes guerras; (d) Bem-Estar Pessoal, dimensão focada no controle da saúde e da liberdade como, por exemplo, a disseminação de doenças e o uso de tecnologias para

controle comportamental, e (e) Controle da Informação, que reflete aquelas conspirações relacionadas à retenção e ao ocultamento de informações por organizações diversas.

Procedimentos de adaptação cultural do instrumento

Para se dar início à adaptação do instrumento no Brasil, foi solicitada, por meio de comunicação eletrônica, a autorização expressa dos autores originais da escala. Conforme recomendações da *International Test Commission* (2016) para adaptação cultural de testes, foi realizada uma tradução do instrumento do inglês para o português brasileiro e, logo em seguida, uma retradução para o idioma original por pesquisadores de psicologia social com experiência de estudo e vivência em ambas as línguas. Posteriormente, tais traduções foram submetidas à análise de juízes, também da área de psicologia social e com experiência em língua inglesa, para se avaliar a qualidade do conteúdo traduzido. Por fim, o instrumento foi submetido em língua portuguesa, após ajustes dos juízes anteriores, à análise de coerência semântica e à adequação categórica dos itens, a qual foi realizada por dois especialistas brasileiros, também pesquisadores em psicologia social.

Resultados

Adaptação cultural do instrumento

Os resultados advindos da avaliação do questionário por juízes mostraram que a concordância das categorias entre eles foi satisfatória para cada item avaliado, apresentando índice kappa de 0,75, considerado um grau substancial e significativo de variância compartilhada (Landis & Koch, 1977). Os resultados desta medida demonstram que a descrição dos itens está clara e suficiente; dessa forma, os dois especialistas foram capazes de caracterizar os itens nas dimensões em que realmente pertencem, conforme ilustra a Tabela 1.

Tabela 1 – Índice Kappa de concordância entre os especialistas para cada categoria

Índices de ajuste	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
Kappa	1,0	0,762	0,815	0,583	0,583
P-valor	< 0,001	0,002	0,001	0,024	0,024
IC (95%)	[0,494, 1]	[0,27, 1]	[0,317, 1]	[0,077, 1]	[0,077, 1]

Estudo 2

Método

Participantes para análise das propriedades psicométricas do instrumento

Com o intuito de avaliar as propriedades psicométricas da escala, utilizou-se uma amostra de 138 participantes, sendo 63,8% do sexo feminino, com média de idade de 30,17 anos ($DP = 12,79$). Destes, 65 eram estudantes universitários; 36 possuíam ensino superior completo; 21 possuíam ensino médio completo; nove concluíram o ensino fundamental e quatro participantes responderam ter o ensino fundamental incompleto. Quatro participantes não relataram suas idades, nem seus níveis de escolaridade.

Trata-se de uma amostra de conveniência constituída por cinco grupos distintos. Os primeiros três grupos são formados por estudantes de psicologia ($n = 36$), estudantes de farmácia ($n = 19$) e auxiliares de limpeza hospitalar ($n = 21$). Um quarto grupo ($n = 41$) conta com participantes de perfil diversificado, abordados em áreas com fluxo intenso de pessoas. O último grupo ($n = 21$) consiste em pessoas que participaram de uma conferência sobre extraterrestres e verdades ocultas, ocorrida no ano de 2017 na cidade de Brasília, Distrito Federal. Os participantes foram abordados e solicitados a responderem o questionário autoaplicável e o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), o qual mostrou os possíveis riscos, benefícios, procedimentos e outras informações relativas à pesquisa.

Procedimento de análise das propriedades psicométricas

Para o tratamento desses dados, realizou-se uma análise fatorial confirmatória por meio do software MPLUS (*Version 8*). Essa análise foi baseada nas evidências de validade do instrumento, encontradas previamente por Brotherton, French e Pickering (2013), sendo que cinco fatores correlacionados foram especificados como solução fatorial subjacente aos 15 itens, em formato Likert de cinco pontos. Escores altos refletiam maior tendência a acreditar na informação acessada pelo item. Dada que a amostra é constituída por cinco grupos distintos, ajustamos nossos achados para a não independência das observações, ou seja, o modelo foi analisado considerando-se a estratificação da amostra em *clusters* (ver material suplementar), a fim de reduzir vieses que poderiam subestimar os erros-padrão durante a análise fatorial confirmatória (Asparouhov, 2005).

Resultados

Propriedades psicométricas do instrumento

Após primeira tentativa de análise da estrutura, foi possível identificar uma alta correlação entre os fatores Bem-estar pessoal e Controle da informação ($r = 0,984$), indicando uma dependência linear entre estas variáveis. Por isso, o modelo foi avaliado considerando estas variáveis como explicativas de um mesmo fator. Portanto, foram utilizados os seguintes índices e critérios (conforme Brown, 2006) para verificação do ajuste do modelo: (a) Razão Qui-Quadrado por Graus de Liberdade; (b) Índice do Ajuste Comparativo (*CFI*); (c) Índice de Tucker–Lewis (*TLI*); e (d) Valor Quadrático Médio do Erro (*RMSEA*). Foi utilizado o estimador WSLMV e parametrização Theta, como o *default* para itens categóricos no Mplus. A utilização de tais critérios assume uma perspectiva conservadora para interpretação dos resultados (Brown, 2006). Assim, os resultados e seus respectivos valores de referência podem ser visualizados na Tabela 2.

Tabela 2 – Índices de ajuste dos dados ao modelo de cinco fatores

Índices de ajuste		Valores de referência
$\chi^2(p)$	114,844 ($p = 0,0143$)	Não há valores de referência, pois dependem do tamanho da amostra e da quantidade de parâmetros estimados no modelo
gl	84	
χ^2/gl	1,367	≤ 2 ou 3
CFI	0,979	$\geq 0,95$
TLI	0,974	$\geq 0,95$
RMSEA (90% IC)	0,053 (0,025 a 0,075)	$\leq 0,06$, 90% CI $\leq 0,06$
RMSEA probability	0,413	

Nota. χ^2 = qui-quadrado; gl = graus de liberdade; χ^2/gl = qui quadrado padronizado; CFI = índice de ajuste comparativo; TLI = índice de Tucker–Lewis; RMSEA = raiz de erro quadrático médio de aproximação; IC = intervalo de confiança.

Para estes resultados, a razão de χ^2/gl foi igual a 1,367. Para Schreiber, Nora, Stage, Barlow e King (2006), apenas valores maiores do que 2 ou 3 indicam que o modelo não é representativo dos dados. Dessa forma, mesmo adotando o valor mais conservador para essa razão, o resultado aqui encontrado ainda é considerado satisfatório. Futuros estudos que proponham novos modelos poderão se embasar neste resultado para discriminar a melhor solução para o ajuste, pois, quanto menor a razão de χ^2/gl , melhor (Schreiber et al., 2006). Além disso, os valores de $CFI = 0,979$ e $TLI = 0,974$ indicam que o modelo possui bom ajustamento. O valor quadrático médio do erro também indicou como o modelo se adequa razoavelmente à sua população, sendo menos sensível ao tamanho amostral. Neste caso, valores próximos de 0 indicam bom ajuste do modelo, sendo que o valor desta análise foi de 0,053, com intervalo de confiança de 90% entre 0,025 e 0,075, que demonstra a precisão do ponto estimado na medida.

Adicionalmente, as cargas fatoriais dos itens, que podem ser visualizadas na Tabela 3 e na Figura 1, revelaram que estes estão incluídos nos seus respectivos fatores, com amplitude de 0,5 a 0,87. Além disso, através do diagrama apresentado na Figura 1, é possível verificar o efeito entre fatores, demonstrando que, embora diferentes, eles possuem uma tendência a explicar o mesmo fenômeno.

Tabela 3 – Cargas fatoriais padronizadas de cada item em função de suas respectivas dimensões

Itens	CIG	CMG	EE	BPCI
Q1	0,50			
Q11	0,72			
Q6	0,76			
Q2		0,54		
Q7		0,77		
Q12		0,86		
Q3			0,83	
Q8			0,87	
Q13			0,72	
Q4				0,77
Q9				0,67
Q14				0,73
Q5				0,76
Q10				0,61
Q15				0,66

Nota. CIG, conduta ilegal do governo; CMG, conspirações malévolas globais; EE, encobrimento extraterrestre; BPCI, Bem-estar pessoal e controle da informação.

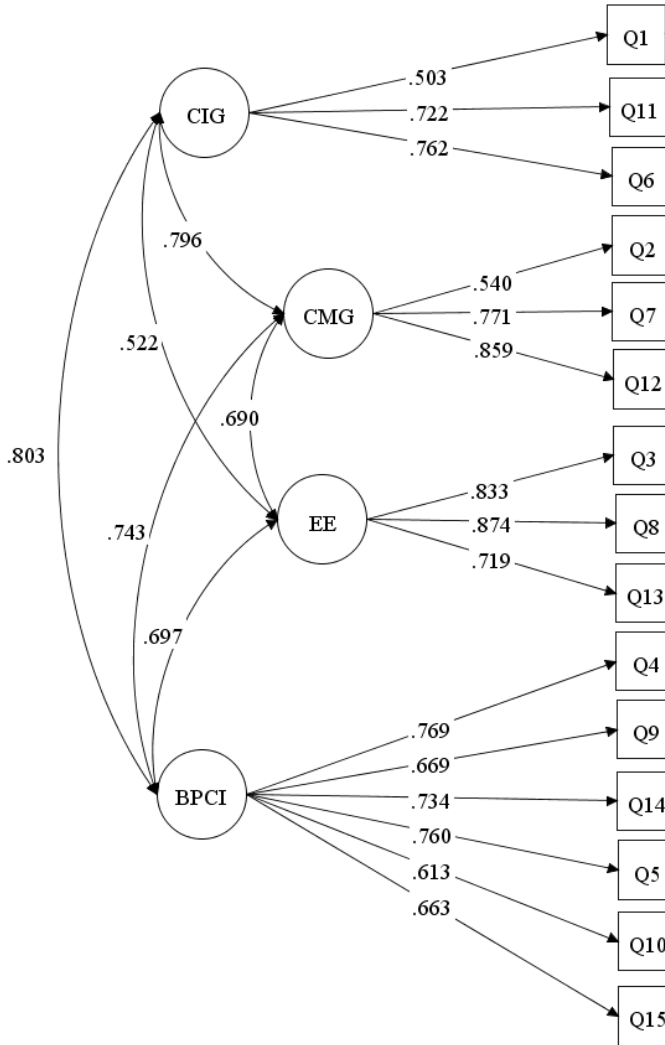


Figura 1 – Diagrama do novo modelo Proposto. CIG, conduta ilegal do governo; CMG, conspirações malévolas globais; EE, encobrimento extraterrestre; BPCI, bem-estar pessoal e controle da informação.

DISCUSSÃO

De forma geral, este estudo encontrou evidências de validade, baseadas na estrutura interna (validade de construto), da adaptação da Escala Genérica de Crenças Conspiratórias para o contexto brasileiro, tendo em vista a avaliação de juízes sobre a qualidade do instrumento e a confirmação de sua estrutura fatorial pela pesquisa de levantamento. Porém, é importante destacar que talvez seja necessário ampliar o teste da escala para outras populações, especialmente para grupos específicos, comparando, inclusive, o ajuste entre os subgrupos no que tange a invariância entre eles (para maiores detalhes, ver Putnick & Bornstein, 2016). Dessa forma, é possível buscar uma representatividade na amostra e a consequente generalização dos resultados para a população.

Além disso, em futuros estudos, é necessária uma avaliação teórica para se descobrir a relação entre as variáveis latentes (a) Bem-Estar Pessoal e (b) Controle da Informação que, de acordo com o estudo original, são enumerados como fatores distintos, mas que neste estudo se convergiram em um único. Os autores ressaltam a importância de que um novo modelo, quando proposto, necessita de explicações teóricas que o sustentem, mesmo com o suporte estatístico para o ajuste. Assim, tendo em vista que a literatura científica sobre crenças conspiratórias ainda é incipiente no Brasil, faz-se necessário promover a prática de estudos exploratórios, experimentais e correlacionais sobre o tema, tanto para a verificação de novos fenômenos quanto para o teste de hipóteses, especialmente no que diz respeito ao papel que crenças conspiratórias possam vir a desempenhar em outros fenômenos sociais. Porém, tais fatores podem ter se convergido principalmente devido a aspectos culturais da população brasileira, que pode considerar a retenção de informações como uma forma de controle da liberdade individual e, em certo modo, até de sua própria saúde, por meio de crenças negativas relacionadas a indústrias do campo biomédico (Jolley & Douglas, 2014a).

Acredita-se que ideação conspiratória possa compartilhar variância com outros fenômenos ainda pouco investigados no Brasil, como certos distúrbios psicológicos, crenças em relação à vacinação e notícias falsas,

apenas para nomear alguns. Atualmente, tem-se observado um interesse crescente, tanto por parte de pesquisadores quanto do grande público, pela identificação dos mecanismos psicológicos associados à distribuição de notícias falsas *online* (Vosoughi, Roy, & Aral, 2018), e especula-se que a crença em teorias conspiratórias seja uma variável-chave nessa dinâmica.

Estudos apontam que crenças em teorias conspiratórias exercem uma influência negativa em aspectos relevantes da vida social, como o comportamento político (Butler, Koopman, & Zimbardo, 1995; Jolley & Douglas, 2014b) e, em certos casos, até mesmo prioridades públicas (Chigwedere, Seage III, Gruskin, Lee, & Essex, 2008). Sob uma visão pragmática para o uso desta escala, compreende-se que ela pode ser uma fonte útil em pesquisas na área da saúde; pode ser usada, por exemplo, na identificação de crenças associadas à dimensão Bem-Estar Pessoal, que diz respeito ao espalhamento de doenças por indústrias específicas. Esta crença é compartilhada por diversos grupos antivacinação (Kata, 2010) e repercute em comportamentos que denigrem a imagem de implementações de políticas públicas diversas (Jolley & Douglas, 2014a). Dessa forma, a importância imediata de um instrumento com a finalidade de mensurar essas crenças é o estabelecimento de uma agenda de pesquisas que possibilite identificar maneiras de intervir na população de forma, no caso citado, a aumentar a taxa de crianças vacinadas (Kata, 2010; Offit, 2011; Salmon et al., 2005).

O estudo fornece, ainda, insumos para um estudo empírico de fenômenos de grande interesse atual, como o uso político de notícias falsas. Apesar de estudos recentes terem apresentado resultados promissores (Swami et al., 2014), combater os efeitos de teorias conspiratórias sobre o comportamento do público é um processo nem sempre muito efetivo (Hart & Nisbet, 2012; Nyhan, Reifler, & Ubel, 2013; Nyhan, Reifler, Richey, & Freed, 2014) e esforços precisam ser somados no sentido do desenvolvimento de uma intervenção bem-sucedida.

Por fim, enfatiza-se a necessidade de uma agenda de pesquisas que contemple novos esforços no sentido tanto de produzir outras tipologias de evidências de validade e fidedignidade da escala adaptada culturalmente por este estudo, quanto para investigações exploratórias do fenômeno. São exemplos, (a) experimentos de campo ou em laboratório que possam

averiguar variáveis preditoras de crenças conspiratórias, bem como entender os fatores que fortalecem tais crenças, além das variáveis comportamentais que são preditas por alta tendência a crenças conspiratórias. Incluem-se também (b) discussões éticas sobre este tipo de pesquisa dentro da comunidade científica e na sociedade civil; (c) estudos de convergência com outros questionários ou escalas que meçam fenômenos semelhantes; (d) estudos com esta escala em outras regiões do Brasil, para verificar se as variabilidades linguísticas e culturais do povo brasileiro fazem-se necessárias à construção de outra versão do questionário. Finalmente, podem ser realizadas (e) investigações que busquem entender se os mecanismos cognitivos que influenciam tendências a crenças conspiratórias se tratam de traços disposicionais, situacionais ou sociais; e (f) estudos experimentais para análises de invariância.

REFERÊNCIAS

- Abalakina-Paap, M., Stephan, W. G., Craig, T., & Gregory, W. L. (1999). Beliefs in conspiracies. *Political Psychology, 20*(3), 637-647. doi: 10.1111/0162-895X.00160
- Aran, E. (2016). *O livro das conspirações*. São Paulo: Suma de Letras.
- Asparouhov, T. (2005). Sampling weights in latent variable modeling. *Structural Equation Modeling, 12*(3), 411-434. doi: 10.1207/s15328007sem1203_4
- Bird, S. T., & Bogart, L. M. (2003). Birth control conspiracy beliefs, perceived discrimination, and contraception among African Americans: An exploratory study. *Journal of Health Psychology, 8*(2), 263-276. doi: 10.1177/1359105303008002669
- Bird, S. T., & Bogart, L. M. (2005). Conspiracy beliefs about HIV/AIDS and birth control among African Americans: Implications for the prevention of HIV, other STIs, and unintended pregnancy. *Journal of Social Issues, 61*(1), 109-126. doi: 10.1111/j.0022-4537.2005.00396.x
- Brotherton, R. (2015). *Suspicious minds: Why we believe conspiracy theories*. Londres: Bloomsbury Sigma.

- Brotherton, R., & French, C. C. (2015). Intention seekers: Conspiracist ideation and biased attributions of intentionality. *PLoS ONE*, *10*(5), e0124125. doi: 10.1371/journal.pone.0124125
- Brotherton, R., French, C. C., & Pickering, A. D. (2013). Measuring belief in conspiracy theories: The Generic Conspiracist Beliefs scale. *Frontiers in Psychology*, *4*, 279. doi: 10.3389/fpsyg.2013.00279
- Brown, T. A. (2006). *Confirmatory factor analysis for applied research*. New York: Guilford.
- Bruder, M., Haffke, P., Neave, N., Nouripannah, N., & Imhoff, R. (2013). Measuring individual differences in generic beliefs in conspiracy theories across cultures: Conspiracy Mentality Questionnaire. *Frontiers in Psychology*, *4*, 225. doi: 10.3389/fpsyg.2013.00225
- Butler, L. D., Koopman, C., & Zimbardo, P. G. (1995). The psychological impact of viewing the film “JFK”: Emotions, beliefs, and political behavioral intentions. *Political Psychology*, *16*(2), 237-257. doi: 10.2307/3791831
- Chigwedere, P., Seage III, G. R., Gruskin, S., Lee, T. H., & Essex, M. (2008). Estimating the lost benefits of antiretroviral drug use in South Africa. *JAIDS Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes*, *49*(4), 410-415. doi: 10.1097/QAI.0b013e31818a6cd5
- Dagnall, N., Drinkwater, K., Parker, A., Denovan, A., & Parton, M. (2015). Conspiracy theory and cognitive style: A worldview. *Frontiers in Psychology*, *6*, 206. doi: 10.3389/fpsyg.2015.00206
- Darwin, H., Neave, N., & Holmes, J. (2011). Belief in conspiracy theories. The role of paranormal belief, paranoid ideation and schizotypy. *Personality and Individual Differences*, *50*(8), 1289-1293. doi: 10.1016/j.paid.2011.02.027
- Goertzel, T. (1994). Belief in conspiracy theories. *Political Psychology*, *15*(4), 731-742. doi: 10.2307/3791630
- Grimes, D. R. (2016). On the viability of conspiratorial beliefs. *PLoS ONE*, *11*(1), e0147905. doi: 10.1371/journal.pone.0147905

- Hart, P. S., & Nisbet, E. C. (2012). Boomerang effects in science communication: How motivated reasoning and identity cues amplify opinion polarization about climate mitigation policies. *Communication Research, 39*(6), 701–723. doi: 10.1177/0093650211416646
- Higgins, E. S., & George, M. S. (2013). *Neuroscience of clinical psychiatry: The pathophysiology of behavior and mental illness*. Philadelphia, PA: Lippincott Williams & Wilkins.
- International Test Commission (ITC). (2016). *ITC Guidelines for Translating and Adapting Tests, Version 2.4*. Recuperado de https://www.intestcom.org/files/guideline_test_adaptation_2ed.pdf Acesso em 26 de outubro 2018.
- Jolley, D., & Douglas, K. M. (2014a). The effects of anti-vaccine conspiracy theories on vaccination intentions. *PLoS ONE, 9*(2), e89177. doi: 10.1371/journal.pone.0089177
- Jolley, D., & Douglas, K. M. (2014b). The social consequences of conspiracism: Exposure to conspiracy theories decreases intentions to engage in politics and to reduce one's carbon footprint. *British Journal of Psychology, 105*(1), 35–56. doi: 10.1111/bjop.12018
- Kata, A. (2010). A postmodern Pandora's box: Anti-vaccination misinformation on the Internet. *Vaccine, 28*, 1709–1716. doi: 10.1016/j.vaccine.2009.12.022
- Landis, J. R., & Koch, G. G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics, 33*(1), 159–174. doi: 10.2307/2529310
- Lantian, A., Muller, D., Nurra, C., & Douglas, K. M. (2017). “I know things they don't know!": The role of need for uniqueness in belief in conspiracy theories. *Social Psychology, 48*(3), 160. doi: 10.1027/1864-9335/a000306
- McCauley, C., & Jacques, S. (1979). The popularity of conspiracy theories of presidential assassination: A Bayesian analysis. *Journal of Personality and Social Psychology, 37*(5), 637. doi: 10.1037/0022-3514.37.5.637
- McHoskey, J. W. (1995). Case closed? On the John F. Kennedy assassination: Biased assimilation of evidence and attitude polarization. *Basic and Applied Social Psychology, 17*(3), 395–409. doi: 10.1207/s15324834basp1703_7

- Nyhan, B., Reifler, J., Richey, S., & Freed, G. L. (2014). Effective messages in vaccine promotion: A randomized trial. *Pediatrics*, *133*(4), e835–e842. doi: 10.1542/peds.2013-2365
- Nyhan, B., Reifler, J., & Ubel, P. A. (2013). The hazards of correcting myths about health care reform. *Medical Care*, *51*(2), 127–132. doi: 10.1097/MLR.0b013e318279486b
- Offit, P. A. (2011). *Deadly choices: How the anti-vaccine movement threatens us all*. New York: Basic Books.
- Parsons, S., Simmons, W., Shinhoster, F., & Kilburn, J. (1999). A test of the grapevine: An empirical examination of conspiracy theories among African Americans. *Sociological Spectrum*, *19*(2), 201–222. doi: 10.1080/027321799280235
- Pereira, M. E., da Silva, J. F., & Bacellar, P. (2006). Investigações psicológicas no ciberespaço: O impacto do interesse, filiação grupal e conhecimento na adesão às crenças ufológicas. *Interação em Psicologia*, *10*(2), 375–384. doi: 10.5380/psi.v10i2.7696
- Putnick, D. L., & Bornstein, M. H. (2016). Measurement invariance conventions and reporting: The state of the art and future directions for psychological research. *Developmental Review*, *41*, 71–90. doi: 10.1016/j.dr.2016.06.004
- Salmon, D. A., Moulton, L. H., Omer, S. B., deHart, M. P., Stokley, S., & Halsey, N. A. (2005). Factors associated with refusal of childhood vaccines among parents of school-aged children: A case-control study. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, *159*(5), 470–476. doi: 10.1001/archpedi.159.5.470
- Schreiber, J. B., Nora, A., Stage, F. K., Barlow, E. A., & King, J. (2006). Reporting structural equation modeling and confirmatory factor analysis results: A review. *The Journal of Educational Research*, *99*(6), 323–338. doi: <https://doi.org/10.3200/JOER.99.6.323-338>
- Stempel, C., Hargrove, T., & Stempel III, G. H. (2007). Media use, social structure, and belief in 9/11 conspiracy theories. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, *84*(2), 353–372. doi: 10.1177/107769900708400210

- Swami, V., Chamorro-Premuzic, T., & Furnham, A. (2010). Unanswered questions: A preliminary investigation of personality and individual difference predictors of 9/11 conspiracist beliefs. *Applied Cognitive Psychology, 24*(6), 749-761. doi: 10.1002/acp.1583
- Swami, V., Coles, R., Stieger, S., Pietschnig, J., Furnham, A., Rehim, S., & Voracek, M. (2011). Conspiracist ideation in Britain and Austria: Evidence of a monological belief system and associations between individual psychological differences and real-world and fictitious conspiracy theories. *British Journal of Psychology, 102*(3), 443-463. doi: 10.1111/j.2044-8295.2010.02004.x
- Swami, V., Voracek, M., Stieger, S., Tran, U. S., & Furnham, A. (2014). Analytic thinking reduces belief in conspiracy theories. *Cognition, 133*(3), 572-585. doi: 10.1016/j.cognition.2014.08.006
- Uscinski, J. E., & Parent, J. M. (2014). *American conspiracy theories*. New York: Oxford University Press.
- Vosoughi, S., Roy, D., & Aral, S. (2018). The spread of true and false news online. *Science, 359*(6380), 1146-1151. doi: 10.1126/science.aap9559
- Wood, M. J., Douglas, K. M., & Sutton, R. M. (2012). Dead and alive: Beliefs in contradictory conspiracy theories. *Social Psychological and Personality Science, 3*(6), 767-773. doi: 10.1177/1948550611434786
- Wood, M. (2013). Has the Internet been good for conspiracy theorising? *PsyPAG Quarterly, 88*, 31-34. Recuperado de <http://www.psygag.co.uk/wp-content/uploads/2013/09/Issue-88.pdf> Acesso em 26 de outubro de 2018.

Recebido em 19/08/2018

Aceito em 29/06/2019